



De Blair a Crusoé: Fernandes Pinheiro e as origens do romance¹

From Blair to Crusoe: Fernandes Pinheiro on the Origins of the Novel

Thiago Rhys Bezerra Cass

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil

bezerracass@letras.ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0002-5647-4462>

Resumo: Examina-se a longa e contraditória relação de Fernandes Pinheiro com o romance. De sua indiferença inicial em face do gênero, tido como inovação literária dirigida a um público semiletrado, até o posterior reconhecimento de sua investidura na figuração da modernidade, duas referências emergem: os *Lectures on Rhetoric and Belles-Lettres* (1783), de Hugh Blair, e *Robinson Crusoé* (1719), de Daniel Defoe.

Palavras-chave: Fernandes Pinheiro; Daniel Defoe; *Robinson Crusoe*; Hugh Blair; *Lectures on Rhetoric and Belles-Lettres*; romance.

Abstract. This paper excavates Fernandes Pinheiros's long and contradictory assessment of the novel. From his early dismissal of the genre as a recent literary innovation aimed at barely literate readers through his late acknowledgment of its unrivalled investment in conveying modernity, two major references emerge: Hugh Blair's *Lectures on Rhetoric and Belles-Lettres* (1783) and Daniel Defoe's *Robinson Crusoe* (1719).

Keywords: Fernandes Pinheiro; Daniel Defoe; *Robinson Crusoe*; Hugh Blair; *Lectures on Rhetoric and Belles-Lettres*; the novel.

¹ Agradeço aos funcionários da Biblioteca Nacional e do Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) do Colégio Pedro II, que me ajudaram a navegar pelos riquíssimos acervos de suas instituições.

Um obsoleto canastrão

A historiografia da literatura brasileira não é pródiga em consensos. Parafraseando a famosa formulação de Regina Dalcastagnè (2012, p. 7), trata-se dum território contestado. O demérito das obras críticas do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro é um raro tópico sobre o qual há quase unanimidade (SOUZA, 2007, p. 11-12). Basta folhear qualquer um desses compêndios, tratados ou panoramas das letras brasileiras no século XIX, para que se chegue rapidamente à conclusão de que a reputação de Fernandes Pinheiro é, para sermos gentis, duvidosa (MELO, 2006, p. 37-46). Alfredo Bosi (1994) e José Guilherme Merquior (2016) simplesmente o ignoram. Sílvio Romero (1903, p. 91), com a acrimônia costumeira, afirma que seus livros são escassos em fatos e teorias e define-o como um retórico despido “de qualquer talento *analytico*”, alguém que pouco ou nada contribuíra para resgatar a crítica no Brasil de seu “desenvolvimento [...] enfezado e rachítico” (ROMERO, 1903, p. 102-103). Também seria um historiador desatento, que leria apressadamente os documentos consultados (ROMERO, 1902, v. 1, p. 364). Araripe Júnior (1958, v. 1, p. 245) reclama da sua indiferença ante as produções de José de Alencar. José Veríssimo (1969, p. 274) afirmava que os escritos de Fernandes Pinheiro nada apresentavam “de fundo próprio, quer de erudição, quer de pensamento”, porquanto traíam uma extemporânea adesão a “sistemas críticos já ao tempo obsoletos”. Afrânio Coutinho (1969, p. 316) elenca o cônego entre os críticos incapazes de “libertar-se da cronologia pura ou da política”. Antonio Candido (1964, v. 2 p. 336), quase sempre avesso a juízos sumários, tacha-o de canastrão. Poderíamos continuar por um bom tempo a perfilar pareceres tão impiedosos quanto os que evocamos. Em verdade, nem mesmo os estudiosos que demonstram algum apreço pelo cônego animam-se em resgatá-lo do opróbrio. A italiana Luciana Stegagno-Picchio (2004, p. 694), por exemplo, reconhece o pioneirismo do que chama de “família historiadora”, a que pertenceria “o canônico Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro”, e que conferira à historiografia literária o *status* de disciplina autônoma no Brasil. Adianta-se em dizer, todavia, que tal família não conseguiu “se desvincular do biografismo e do determinismo”. Como indica num aparte mordaz à sua erudita “Bibliografia Geral”, o cônego era “ainda ligado aos velhos esquemas” (STEGAGNO-PICCHIO, 2004, p. 47). Nelson Werneck Sodré (1982, p. 325-326) assevera que não é possível desmerecer o trabalho de

precursores como Fernandes Pinheiro. Confessa entender, porém, o motivo de seu posterior esquecimento, pois os

trabalhos dêesses precursores [...] tinham, em seu desfavor, a precariedade dos recursos do tempo, a ausência de simpatia pelo que faziam, a incompreensão ante a pesquisa, a análise e a interpretação que não se cingisse à simples apologética.

Wilson Martins (2002, p. 132-133), que toma o cômico como o primeiro a discorrer sobre as produções literárias no Brasil de maneira sistemática, acaba por sentenciar que “não é possível encará-lo como crítico, nem mesmo como historiador da literatura”. De maneira um tanto oblíqua, ecoa a percepção de Sílvio Romero, de que o cômico seria um “escritor de pobres recursos, de julgamento falho e miserável argúcia”. Já Roberto Acízelo de Souza (2007, p. 9), nada menos que o organizador da única coletânea de Fernandes Pinheiro ainda em catálogo, limita-se a afirmar que seus escritos importam “sobretudo pelo valor histórico”.

Não faço esse levantamento como exercício de sadismo, ou para suscitar a compaixão de quem me lê. Tampouco me interessa discutir se se foi demasiado acerbo com o cômico Fernandes Pinheiro. Para ser franco, considero esse tipo de discussão algo entre o aborrecido e o contraproducente. Afasto, portanto, o cacoete do *homo academicus* que se vê imbuído de uma missão de dissipar as platitudes e os equívocos do senso-comum, ainda que de seus pares. Meu propósito é outro. Quero mostrar como essa apreciação em bloco da obra crítica de Fernandes Pinheiro esfuma a maturação de suas ideias sobre o romance. Obnubila, em especial, seu esforço para formular categorias que dessem conta das origens recentes do gênero novelístico. Também apaga sua crescente compreensão de que há, ou haveria, uma relação de isomorfismo entre o romance e processos sociais. Inicialmente, Fernandes Pinheiro toma o romance como um gênero moderno e, por isso mesmo, menor. Ofereceria apenas uma distração fugaz, um recreio pueril que, embora cativante, seria incapaz de içar a mente a pensamentos mais elevados. Depois de negligenciar as produções novelísticas por quase uma década, Fernandes Pinheiro nobilita o romance ao atribuir-lhe uma origem vetusta, da Antiguidade greco-romana. Ao fim da vida, reafirma a modernidade do romance. No entanto, não mais tomaria esse suposto frescor como mácula. Pelo contrário: em seus escritos finais, Fernandes Pinheiro afirmaria que o romance é um *locus* textual privilegiado. Como nenhum

outro, teria o potencial de figurar a paisagem cultural, intelectual e social de que emerge. Curiosamente, as duas obras em torno das quais revolve essa sinuosa marcha teórico-crítica provêm da Grã-Bretanha setecentista: os *Lectures on Rhetoric and Belles-Lettres* (1783), do escocês Hugh Blair, e *Robinson Crusoe* (1719), do inglês Daniel Defoe.

Blair

No início de sua carreira, Fernandes Pinheiro, carioca nascido em 1825, parecia demonstrar pouco ou nenhum apreço ao gênero novelístico. Um ano depois de receber a sua ordenação, em 1848, e tornar-se professor de retórica, poética e história universal no Seminário Episcopal de São José, então localizado no Morro do Castelo, contribui para a fundação da revista *O Guanabara* (PINHEIRO, 1958, p. 180). Publicado entre 1849 e 1856, *O Guanabara* congregava alguns dos nomes mais reluzentes da *intelligentsia* brasileira de meados do século XIX, como Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo e Manuel de Araújo Porto-Alegre. Com tal rol de colaboradores, constitui-se como um título incontornável na história da imprensa brasileira (SODRÉ, 1999, p. 183). É em suas páginas ilustres que o cônego Fernandes Pinheiro publica, em 1855, um artigo que entraria para a posteridade como uma das mais retumbantes manifestações, para usarmos uma expressão de Antonio Candido (1964, v. 2, p. 341), de seu “intolerável filistinismo”. Trata-se duma resenha do romance *Vicentina* (1853), do já mencionado Joaquim Manuel de Macedo. São os termos com que abre a sua resenha:

O romance é d’origem moderna; veio substituir as novellas e as historias, que tanto deleitavam a nossos paes. É uma leitura agradável, e diríamos quasi um alimento de facil digestão proporcionado a estomagos mais fracos. Por seu intermedio pôde-se moralisar e instruir o povo fazendo-lhe chegar o conhecimento de algumas verdades metaphisicas, que aliás escapariam á sua comprehensão.

[...] Mas para que o romance produza beneficios [...], cumpre que elle saiba guardar as regras, que lhe são traçadas, que seja como uma colméa de saboroso mel e não uma taça de deleterio veneno. O povo em sua candida simplicidade busca nelle instruir-se deleitando-se: e quão negro é o crime daquelle, que abusando do seu espirito, das graças da linguagem, e das seducções da poesia propaga idéas funestas, que plantam descrença n’alma, fazendo

murchar uma por uma as flôres da esperança, ou então tornando ainda mais culpável santifica o vicio emprestando-lhes as côres da virtude! (PINHEIRO, 1855, p. 17-18)

Ainda que se aceite a pecha pespegada por Antonio Candido, cabenos dizer não há nada de particularmente estupefaciente na passagem citada. Desancar o romance como um gênero mesquinho, mais apropriado aos tolos que aos sábios e doutos, era uma tópica das mais surradas na imprensa periódica brasileira de meados do século XIX (SALES, 2011, p. 73-90; AUGUSTI, 2010). Infiltrava até mesmo publicações médicas. No número inaugural d’*O propagador das sciencias* médicas (1827-1828), que orgulhosamente se apresentava como imbuído pelo desejo de difundir “as luzes” da “Medicina, Cirurgia e Pharmacia no Imperio do Brasil”, associa-se a leitura desbragada de romances a “allucinações dos sentidos”. A título de exemplo, evoca-se o caso de “[h]uma joven dotada de muito espirito” que ambicionava “adquirir hum grande nome entre os homens” (BAYLE, 1827, p. 27-30):

Desde sua mais tenra idade não tinha deixado de alimentar seu espirito com a leitura de romances. Tinha publicado muitas passagens destes, nas quaes fazia-se notar uma imaginação ardente e gigantesca: porem tinha-se principalmente occupado de um romance, cuja Heroína era ella, e desde muitos annos não cessava de fazer delle o objecto principal de suas meditações e de suas vigílias (BAYLE, 1827, p. 27-30).

Tamanho entusiasmo, o articulista sugere, era pouco saudável. “Em fim acabou por passar dias inteiros em hum estado de extase, immovel e assentada sem fazer o mais ligeiro movimento” (BAYLE, 1827, p. 27-30). Em seus delírios, imaginava-se em castelos e palácios, reverenciada por todos como rainha (BAYLE, 1827, p. 27-30). Fernandes Pinheiro talvez não fosse tão severo a ponto de vislumbrar a leitura de romances como um hábito na antessala da demência. Ecoava, no entanto, ressalvas bastante difundidas, inclusive no exterior, quanto à respeitabilidade desse tipo de ocupação.² Cem anos antes de Fernandes Pinheiro, em 1750, o inglês Samuel Johnson (2009, p. 148-152) já afirmara peremptoriamente que:

² Cf. Bartolomeo (1994, p. 112).

Estes livros são escritos principalmente para os jovens, os ignorantes e os vadios, a quem servem como lições de conduta e introduções à vida. São o entretenimento de mentes carentes de ideias e, portanto, facilmente impressionáveis; maleáveis em seus princípios e, portanto, suscetíveis ao fluxo da imaginação; desprovidas de experiência e, conseqüentemente, abertas a cada sugestão falsa e a cada relato tendencioso.³

Filisteu ou não, Fernandes Pinheiro, como se pode notar, não se encontrava sozinho. Suas observações sobre o romance se tornam ainda menos revolucionárias quando rastreamos a sua proveniência. Como observa o próprio Antonio Candido (1964, v. 2, p. 341), Fernandes Pinheiro mobiliza, ainda que sem lhes dar crédito, categorias inscritas nos famosos *Lectures on Rhetoric and Belles-Lettres*, do retor escocês Hugh Blair, originalmente publicados em Londres, em 1783. É difícil exagerar a ressonância dos *Lectures* de Blair. Foi o primeiro professor – ainda que sob outra rubrica – de literatura de língua inglesa numa universidade britânica (cf. STAFFORD, 1998, p. 68; IRVINE, 2010, p. 16-17). Mais especificamente, a Universidade de Edimburgo, na Escócia. De maneira singela, afirmaria que “[q]uaisquer que sejam as vantagens ou defeitos da língua inglesa, por ser a nossa língua, é digna do mais alto grau de nossa atenção e estudo” (BLAIR, 2005, p. 97).⁴ Seu método consistia em selecionar e analisar extensas passagens de autores como Addison e Swift, estabelecendo um cânone de textos notáveis por sua pureza estilística (CRAWFORD, 2000, p. 34). Pode-se dizer que, para muitos leitores e por muito tempo, o cânone de Blair era sinônimo do cânone inglês. Na década de 40 do século passado, Robert Morell Schmitz (1948, p. 143) procedeu a um extenso levantamento das edições e reedições dos *Lectures*. Nas suas palavras, os *Lectures* foram como material de ensino “de metade do mundo anglófono educado” (SCHMITZ, 1948, p. 3).⁵ Os números falam por si.

³ “These books are written chiefly to the young, the ignorant, and the idle, to whom they serve as lectures of conduct, and introductions into life. They are the entertainment of minds unfurnished with ideas, and therefore easily susceptible of impressions; not fixed by principles, and therefore easily following the current of fancy; not informed by experience, and consequently open to every false suggestion and partial account.” Salvo disposição em contrário, todas as traduções neste artigo são de minha autoria.

⁴ “Whatever the advantages, or defects of the English Language be, as it is our own Language, it deserves a high degree of our study and attention.”

⁵ Trecho integral: “a staple of instruction for half the educated English-speaking world”.

Entre 1783 e 1853, há nada menos que vinte edições integrais publicadas em Londres. Nos Estados Unidos, seriam trinta e sete edições integrais até 1873. No mesmo país, publicaram-se pelo menos quarenta e oito edições condensadas até 1911. Na Europa continental, os *Lectures* também circulariam amplamente, até mesmo na Boêmia (ABBOTT, 1998, p. 67). Como consequência, há traduções nas diversas línguas faladas da Mancha aos Urais: em francês, italiano (edições de Gênova, Turim e Nápoles), russo e espanhol. Além disso, há incontáveis adaptações, interpolações, glosas, paráfrases e reelaborações dos *Lectures*, tanto em inglês quanto noutras línguas, tornando virtualmente impossível catalogar ou mapear a agitada sobrevida editorial de Blair nos séculos XVIII e XIX (CARR, 2002, p. 75-77). Não é de surpreender, portanto, que alguns estudiosos brasileiros, como Eduardo Vieira Martins (2005, p. 1-25 e 117-159), documentem a circulação dos *Lectures* no país durante boa parte do século XIX. Por muito tempo, os *Lectures* de Blair se constituíram como modelo indiscutível de diversos opúsculos introdutórios das disciplinas de retórica e poética no Brasil e em Portugal. Por exemplo, Francisco Freire de Carvalho (1840, p. 4), a quem Fernandes Pinheiro faz inúmeras referências, toma o “grandemente erudito Hugh Blair” e seu tratamento “com o mais apurado gosto e crítica de muitos dos generos de Poesia” como ponto de partida para suas *Lições elementares de poética nacional* (1840), explicitamente destinadas ao “uso da mocidade de ambos os hemisferios que fala o idioma portuguez”.

Exatamente como fizera Blair, Fernandes Pinheiro busca domar um gênero que não parece ter precedentes ou modelos clássicos, o romance, por meio do recurso à preceptística horaciana, que preconiza a adesão a regras disciplinadoras do discurso e ao dever de instruir por meio do deleite (SOUZA, 1999, p. 3). A despeito das sete décadas que separam os *Lectures* de Blair do artigo de Fernandes Pinheiro para *O Guanabara*, ao diferenciar romance de seus contemporâneos das narrativas lidas por “nossos paes”, o cônego ecoa o escocês ao contrastar o romance de seus contemporâneos setecentistas às obras dos tempos de Luís XIV e Charles II, “que eram, em sua maioria, de natureza frívola, sem a aparência de uma tendência moral, ou instrução útil” (BLAIR, 2005, p. 423).⁶ O

⁶ Trecho integral: “These novels, both in France and in England, during the age of Lewis XIV and King Charles II were in general of a trifling nature, without the appearance of moral tendency, or useful instruction”.

romance do século XVIII, prossegue Blair, aponta e ilumina o que há de louvável e o que há de condenável na conduta humana. No entanto, enquanto o cônego desdenha do romance como um alimento moderno para estômagos fracos, para gente simplória e pouco afeita às letras, Blair demonstra algum entusiasmo quanto às potencialidades do novo gênero literário.⁷ Entrevê nalgumas narrativas novelísticas “execuções em que se descortina a força do gênio britânico” (BLAIR, 2005, p. 423).⁸ O primeiro exemplo que arrola é *The Adventures of Robinson Crusoe* (1719), de Daniel Defoe. Numa curiosa formulação, em que ficção se aproxima de engodo, Blair sentencia que nenhuma ficção, em nenhuma outra língua, foi “sustentada”⁹ com tanto esmero quanto em *Robinson Crusoe*:

Embora [tal ficção] seja levada a cabo com aquela aparência de verdade e simplicidade, que captura poderosamente a imaginação de todos os leitores, insinua também uma lição das mais úteis, ao mostrar como se podem aplicar as forças naturais do homem para transpor as dificuldades de qualquer situação externa (BLAIR, 2005, p. 423).¹⁰

Poucos anos depois de um interstício na Universidade de Roma, onde se doutorou em teologia, o cônego venceria, em 1857, nos encômios de um biógrafo, um “disputadíssimo” concurso para catedrático em retórica e poética no instituto educacional destinado aos filhos da elite do Império, o Colégio Pedro II (PINHEIRO, 1978, p. XIV). Não se estudavam romances nessa instituição quando Fernandes Pinheiro se juntou ao seu prestigioso corpo docente. Podemos afirmar isso com alguma segurança, por meio da análise dos minuciosos programas de ensino da instituição, os quais, conforme observam Paixão e Paulilo (2017, p. 142), cerceavam a liberdade de cátedra dos lentes. Em 1858, o programa oficial do Colégio, impresso pela Typographia Nacional, não

⁷ Como observa Luís F. S. Nascimento (2011, p. 75-76), Blair refutava qualquer tentativa de se estabelecer uma hierarquia entre antigos e modernos “[n]o que tange à qualidade artística ou ao nível de engenhosidade”.

⁸ “[P]erformances which discover the strength of the British genius.”

⁹ No original, “supported”.

¹⁰ “While it is carried on with that appearance of truth and simplicity, which takes a strong hold of the imagination of all Readers, it suggests, at the same time, very useful instruction; by showing how much the native powers of man may be exerted for surmounting the difficulties of any external situation.”

faz menção ao gênero ou a qualquer obra usualmente associada à tradição novelística. Ministravam-se aos alunos do sexto ano os fundamentos da disciplina denominada Retórica. Esperava-se que dominassem os fundamentos dos gêneros epigramático, didático, lírico, elegíaco, dramático, bucólico e épico, além de se tornarem versados na “historia da litteratura portugueza, e nacional” (COLÉGIO PEDRO II, 1858, p. 29). Aos discentes do sétimo ano, oferecia-se o curso Retórica e Poética. Estabelecia-se que, enquanto não houvesse um compêndio próprio para os setimanistas, “o Professor fará em pelecções hum curso de litteratura antiga e moderna, especialmente da portugueza e brasileira” (COLÉGIO PEDRO II, 1858, p. 33).

O cônego Fernandes Pinheiro suprirá com prodigalidade a demanda por compêndios. Suas primeiras obras didáticas se mostram, não obstante, quase que indiferentes ao romance. Em 1860, o conteúdo programático da disciplina de Retórica e Poética continua a prescrever, para os alunos de sétimo ano, uma série de “prelecções [sobre] litteratura antiga e moderna, especificamente da portugueza e brasileira” (COLÉGIO PEDRO II, 1860, p. 35). Ao contrário do que se dava no programa de 1858, especifica-se o teor de tais prelecções. Sob a rubrica de “Litteratura Nacional”, enumeram-se os tópicos de estudo. Discutir-se-ão, do século áureo ao sr. Magalhães, poetas líricos, didáticos, épicos e dramáticos, além de moralistas, historiadores, oradores, monógrafos e biógrafos. Em 1862, Retórica, Poética e Literatura Nacional se consolidam como três cursos autônomos. O primeiro seria destinado a sextanistas, ao passo que os dois últimos seriam destinados, cada qual com a sua respectiva ementa, a alunos do sétimo ano. Durante esse processo de reformulação curricular, Fernandes Pinheiro publica um *Curso elementar de literatura nacional* (1862), que será imediatamente adotado como bibliografia obrigatória da disciplina epônima (cf. SOUZA, 1999, p. 166-168).

Embora o termo “literatura” emergja no currículo do Colégio Pedro II como um domínio distinto da Retórica e da Poética, Fernandes Pinheiro indica carecer de instrumental teórico para orientá-lo no mapeamento do novo campo disciplinar. Assim como Blair (2005, p. 5) fizera em 1783, o cônego toma “literatura” como sinônimo de “bellas letras”, “humanidades” ou “boas letras”. Além disso, numa passagem em que faz referência direta a Lamartine, define o vocábulo, como “a expressão de conceitos, sentimentos e paixões do espirito humano feita por modo agradável” (PINHEIRO, 1862, p. 8). Ao estruturar seu *Curso elementar*

de literatura nacional pelas lentes do “gosto” e do “ornamental”, Fernandes Pinheiro se mostra desorientado em face do romance, gênero que se distingue, como se observa desde o século XVIII, pela tenuidade de suas convenções. Em 1769, por exemplo, Elizabeth Griffith (2009, p. 74) já se perguntava se “[o] romance, como a epopeia, possui regras que lhe são próprias”.¹¹ Salvo engano, mencionam-se romancistas pela primeira vez no programa de estudos de Literatura Nacional do Colégio Pedro II com a consolidação dos pontos dos exames de 1865 (BRASIL, 1865, p. 15). No *Curso elementar de literatura nacional*, o romance não figura como um tópico autônomo. Conquanto haja capítulos inteiros dedicados ao gênero didático, ao gênero epistolar, à lírica, aos epigramas e à epopeia, mencionam-se romances apenas de passagem, sem qualquer incursão no debate de suas origens, a partir da Lição XLIII, quando se discute o que Fernandes Pinheiro chama de a “Escola Romântica Brasileira”. E, aqui, Fernandes Pinheiro parece se orientar por nenhum outro critério que o do compadrio. Faz mesuras às obras de dois colegas da revista *O Guanabara*, Joaquim Norberto e Joaquim Manuel de Macedo, e um breve aceno à ficção de Teixeira e Sousa, designado como “nosso amigo” (PINHEIRO, 1862, p. 552). Em nenhum dos casos, contudo, providencia-se uma análise formal ou estilística mais detida. Com efeito, Fernandes Pinheiro reserva seu arsenal crítico para obras e textos sob a rubrica de outros gêneros literários.

Em 1870, o currículo do Colégio Pedro II é novamente repensado. Nas palavras de Roberto Acízelo de Souza (1999, p. 34), há uma reversão parcial na separação disciplinar promovida durante a década de 1860. Retórica e Poética se reconstituem como uma só disciplina, a ser doravante oferecida aos sextanistas. Por sua vez, o curso de Literatura Nacional, oferecido aos alunos do sétimo ano, reformula-se tanto em seu conteúdo programático quanto em suas premissas teóricas. Passa-se a se chamar “Historia da litteratura em geral, especialmente da portugueza e da nacional”. No décimo primeiro item, prevê-se a discussão “Dos romancistas” (SOUZA, 1999, p. 171). Caberá a Fernandes Pinheiro a elaboração do material didático para ambas as disciplinas.

Em 1872, o cônego publica as suas *Postillas de Rhetorica e Poetica*. Conforme indica o título, trata-se de um texto para ser ditado aos discentes

¹¹ Trecho integral: “I know not whether [the] novel, like the *epopee*, has any rules, peculiar to itself [...]”.

do Colégio Pedro II. Dado o imenso hiato teórico-crítico entre as *Postillas* e o que Fernandes Pinheiro viria a publicar no ano seguinte, é de se supor que sua redação seja substancialmente anterior a 1872. Divididas em quinze itens dedicados à Retórica e em dez itens dedicados à Poética, as *Postillas* se repartem em capítulos sumaríssimos, “de forma resumida e aligeirada” (SOUZA, 2013, p. 26), de um forte pendor normativista. Apresenta-se a Retórica, por exemplo, como “o complexo das regras relativas a eloquencia” hauridas, sobretudo, do “estudo do espírito humano e dos primores da eloquencia, para com a qual se acha na mesma proporção que a theoria para com a pratica” (PINHEIRO, 1885, p. 9). A Poética, por sua vez, seria a arte que nos dirige no uso da faculdade inata da poesia (PINHEIRO, 1885, p. 118). Romances, nesse esquema explicativo, são introduzidos numa formulação reminescente dos *Lectures* de Hugh Blair. Este tomava os escritos de Huet, “o erudito bispo de Avranches”,¹² para definir histórias romanescas (*romance*, em inglês)¹³ como narrativas que “alçavam o ideal de cavalaria a uma altura ainda mais extravagante a que de fato se elevava, quase sem nenhuma semelhança com o mundo que habitamos” (BLAIR, 2005, p. 422).¹⁴ Obviamente, a distinção entre o romanesco e o novelístico é menos corrente em português. Romances modernos e romances de cavalaria são frequentemente designados como “romances”, sem o nuance inglês entre *novel* e *romance*, que por vezes se traduzem como romance e história romanescas (cf. VASCONCELOS, 2007, p. 31). Mesmo assim, PINHEIRO (1885, p. 109) também citava o “sábio bispo de Avranches, Huet,” mas não para apresentar histórias romanescas, como fizera Blair. Evocava Huet para discutir “o romance”. Define-o como “narrativas de aventuras e paixões imaginarias”, que, “offerecendo um deslumbrante painel [...], recreião a nossa imaginação” (PINHEIRO, 1885, p. 106). E assim como Blair (2005, p. 423) afirmara, conforme citamos páginas atrás, que romances têm o potencial para jogar luz sobre o que há louvável e o que é condenável na conduta humana, Fernandes Pinheiro (1885, p. 106) reconhecia que o contraste entre os “attrahentes quadros da virtude” e a “hediondez” do vício e do crime tem um forte (ainda que perigoso) efeito dramático.

¹² “[T]he learned bishop of Avranche”.

¹³ Em oposição a *novel*.

¹⁴ “[...] carried an ideal chivalry to a still more extravagant height than it had still risen in fact, hardly bearing any resemblance to the world in which we dwell.”

Ao contrário do que Blair defendera em seus *Lectures* e do que o próprio Fernandes Pinheiro escrevera em seu artigo para *O Guanabara*, as *Postillas* recuam as origens do romance. Com copiosas referências a Platão, Aristóteles e Quintiliano, as *Postillas* delineiam uma continuidade das formas e convenções gestadas na Grécia e na Roma antigas. Discorre sobre como o romance histórico era uma “composição mixta”, que, por um lado, “participa da história, quanto á ideia principal e á existência real dos personagens do primeiro plano”, e, por outro lado “do romance, no desenvolvimento da acção, nos episódios, e no caracter dos personagens subalternos”. Tal “gênero de composição” mista, o cônego afirma, foi “cultivado na antiguidade por Xenofonte (*Cyropedia*) e Quinto Curcio (*Vida de Alexandre Magno*)”. Reconhece, entretanto, os “grandes melhoramentos” de Walter Scott, “que pode ser considerado como [o] regenerador” do romance histórico (PINHEIRO, 1885, p. 106).

Crusóé

Em 1873, Fernandes Pinheiro publica dois tomos pela Editora Garnier que, em conjunto, parecem cobrir o vasto programa de 1870 para a disciplina “Historia da litteratura em geral, especialmente da portugueza e da nacional”.¹⁵ Seu título ostensivamente despretensioso, *Resumo de historia litteraria*, mascarava uma profunda guinada teórica do nosso cônego. É certo que persistem as tão surradas quanto esperadas homenagens à percuciência de Cícero, Horácio, Aristóteles e Quintiliano. Este último, por exemplo, seria um “juiz [...] bem competente” das sátiras de Lucílio (PINHEIRO, 1873, t. 1, p. 57). Tais homenagens coexistem, entretanto, com extensas reflexões sobre ideias, juízos e aforismos de quase contemporâneos, como Germaine de Staël (Madame de Staël) e Hippolyte Taine. À guisa de ilustração, arremata seus dois breves parágrafos sobre Lord Tennyson, “o mais popular dos poetas inglezes”, com a seguinte citação:

Sua poesia (diz Taine) assemelha-se a uma dessas jardineiras doiradas e pintadas em que as flores nacionaes se entremeão com as plantas exóticas numa harmonia preestabelecida. Parece

¹⁵ Como observam Augusti (2011, p. 368) e Melo (2006, p. 122), não há comprovação documental de que o *Resumo* integrou a bibliografia obrigatória dos exames do Colégio Pedro II antes de 1882 – seis anos, portanto, depois da morte do cônego.

feita para esses burguezes opulentos, cultos, livres, herdeiros da antiga nobreza e chefes da nova Inglaterra. Faz parte do seu luxo, assim como da sua moral, é uma eloquente confirmação dos seus princípios, movel preciso dos seus salões (PINHEIRO, 1873, t. 1, p. 302).

Se na primeira edição de seu *Curso elementar de literatura nacional* Fernandes Pinheiro (1862, p. 8) tomava literatura como “a expressão de conceitos, sentimentos e paixões do espirito humano feita por modo agradável”, o cônego agora dá indícios de que dialoga, ainda que de maneira um tanto desordenada, com o sistema crítico de Taine (1863, v. 1 p. XVII), o qual postulara, no primeiro volume de sua *Histoire de la littérature anglaise* (1863-1864), uma união indissolúvel entre, de um lado, “a estrutura geral”¹⁶ de produções intelectuais e artísticas e, de outro lado, a raça, o século e o país de que tais produções emergem (cf. NIAS, 2013, p. 400). Ao discutir o Renascimento inglês, o cônego argumenta, por exemplo, que há um florescer do “genio saxonio”, em que se descortina “a melancolia do Norte”, a exprimir ideias estranhas à “raça latina” (PINHEIRO, 1873, p. 252; OLIVEIRA, 2015, p. 112). Mais precisamente, Fernandes Pinheiro eleva a ideia de nação como elemento nuclear da disciplina. Nos “Prolegômenos” ao seu *Resumo de historia litteraria*, preleciona que:

Litteratura é o conjuncto das produções escriptas d’um paiz e durante uma epocha, ou de todos os paizes e em todas as epochas. [...] Inutil seria por certo querer demonstrar a suprema influencia que exerce a palavra sobre todos os actos da vida, em todas as relações sociaes e civis, e a profunda impressão que em nosso animo exerce a energia da linguagem. O juizo que formamos das nações é determinado pelas mesmas causas que regulão o nosso juizo á cerca dos individuos; estamos naturalmente predispostos a reconhecer como mais espirituoso e civilisado o povo que com maior elegancia e clareza se exprime. D’ahi procede que muitas vezes damos os epithetos de barbaros e selvagens aos que nos são pouco, ou nada conhecidos, mas cuja linguagem é tosca e rude (PINHEIRO, 1873, t. 1, p. 9-10).

¹⁶ “[...] structure générale.”

Ao tornar indissociáveis nação e literatura, Fernandes Pinheiro renega a abordagem desenvolvida no *Curso elementar de literatura nacional*. Aqui, o cônego se mostra reticente ao diferenciar produções textuais provenientes de Portugal daquelas provenientes do território que se convencionou chamar de Brasil (cf. BARBOSA, 2001, p. 324-325). Depois dum breve arrazoado sobre as origens da língua portuguesa, dá mostras de que toma as letras lusófonas como unas e indivisíveis:

Discordamos porém da opinião dos que pretendem encherar uma nacionalidade, um cunho particular nos escriptos d'alguns illustres brasileiros, compostos durante o regimen colonial, ou ao crepusculo d'aurora boreal da independencia (PINHEIRO, 1862, p. 10).

No *Resumo de historia litteraria*, por sua vez, Pinheiro (1862, p. 11-12) rechaça como infundada a pretensão de se “classificar[em] as litteraturas segundo as linguas em que forão compostas as obras”. Observa que “Fénimore Cooper, Washington Irving e Longfellow” podem até ser considerados clássicos da língua inglesa, mas seus textos decerto não integram o repertório do que denomina “literatura inglesa”, à qual pertenceriam, por sua vez, as obras de Addison e Johnson (PINHEIRO, 1873, p. 11-12). De maneira ainda mais surpreendente, Fernandes Pinheiro abandona o relativo menosprezo com que tratava das formas gestadas pela modernidade. Adéqua-se ao currículo de 1870 do Colégio Pedro II (SOUZA, 1999, p. 171). Em seu infame artigo para a revista *O Guanabara*, o cônego tomara o romance como um gênero para estômagos delicados. Nas *Postillas*, preconizara que o estilo novelístico deveria ser necessariamente “fluyente e ameno” (PINHEIRO, 1885, p. 106). São predicados de uma forma literária tida como intrinsecamente menor. Em seu *Resumo de história litteraria*, a hierarquização é meramente residual. Ainda que conceda à poesia a palma de forma superior, o cônego contraria seus pronunciamentos das últimas duas décadas. Em 1873, ver-se-ia compelido a afirmar que todos os gêneros literários, da poesia às narrativas de viagem, passando por historiografia, eloquência e romance, são manifestações, em “seus variados matizes e cambiantes”, do “pensamento” humano (PINHEIRO, 1873, p. 9).

São indicativas dessa notável inflexão crítico-teórica as palavras com que o cônego abre a discussão da narrativa novelística no *Resumo de história litteraria*. De saída, distingue o romance da estória romanesca:

[s]audemos a aparição d'uma nova especie de romance, bem diverso do que até então se usára; bem diferente d'essas ficções cavalheirescas de que a Hespanha tanto se aprazia, e d'essas chronicas de salão e camarins com que a França do XVII século habituara a Europa. (PINHEIRO, 1873, p. 281).

Novamente, segue-se Taine de muito perto. No terceiro volume de *Histoire de la littérature anglaise*, o francês escrevia que:

Em meio desses escritos acabados e perfeitos, um novo gênero apareceu, apropriado aos pendores e às circunstâncias públicas, o romance anti-romanesco, obra e leitura dos espíritos positivos, observadores e moralistas, destinado não a exaltar ou deleitar a imaginação, como os romances da Espanha da idade média, não a reproduzir ou embelezar a conversação, como os romances da França do século XVII [...] (TAINE, 1863, v. 3 p. 262).¹⁷

E, ecoando Taine, Fernandes Pinheiro não mais insinua que o consumo ou a leitura de romances seja sinônimo de frivolidade ou ligeireza intelectual. Taine (1863, v. 3, p. 262) se entusiasmara com a investidura do gênero em “pintar a vida real, descrever caracteres, sugerir planos de conduta e discernir os motivos da ação”.¹⁸ A “aparição estranha” do romance, continua Taine (1863, v. 3, p. 262), foi “como a voz de um povo sepultado sob a terra, quando em meio a corrupção esplendida do mundo elegante, ergue-se esse severo pensamento burguês”.¹⁹ Na mesma linha, e com as mesmas imagens e os mesmos termos, Fernandes Pinheiro enxerga o romance como uma nova forma de se figurar a experiência. No entanto, dá um passo além de Taine: explicitamente correlaciona as maneiras inéditas de se apreender a realidade e, por extensão, de se narrar aos

¹⁷ “Au milieu de ces écrits achevés et parfaits, un nouveau genre paraît, approprié aux penchants et aux circonstances publiques, le roman antiromanesque, œuvre et lecture d'esprits positifs, observateurs et moralistes, destiné non à exalter ou amuser l'imagination comme les romans d'Espagne et du moyen âge, non à reproduire ou embellir la conversation comme les romans de France et du dix-septième siècle [...]”

¹⁸ “[...] peindre la vie réelle, à décrire des caractères, à suggérer des plans de conduite et à juger des motifs d'action.”

¹⁹ “Ce fut une apparition étrange et comme la voix d'un peuple enseveli sous terre, lorsque parmi la corruption splendide du beau monde se leva cette sévère pensée bourgeoise [...]”

condicionantes sociais e econômicos de uma sociedade em particular: a inglesa. Assevera o cômico:

Foi por certo estranha aparição, semelhante á voz de um povo sepultado nas profundidades da terra, quando d'entre a concepção esplendida da sociedade ingleza, viu-se surgir o severo narrador burguez pintando a vida real, descrevendo os caracteres, suggerindo procedimentos e apreciando o movel das acções (PINHEIRO, 1873, p. 281).

O cômico Fernandes Pinheiro toma *As Aventuras de Robinson Crusóé* (1719), de Daniel Defoe, como o primeiro espécime dessa forma narrativa sem precedentes, a configurar um narrador burguês que pinta a vida real, e cuja cristalização não se poderia dar noutra sociedade que não a inglesa. Embora vendida a um livreiro por meras “dez libras sterlinas”, *Robinson Crusóé* seria uma obra, de acordo com o *Resumo*, “d[a] qual se tem tirado numerosas edições em quasi todas as linguas cultas, sendo ainda hoje um dos livros mais populares em Inglaterra” (PINHEIRO, 1873, p. 282). Seu autor, segundo Fernandes Pinheiro (1873, p. 282), seria alguém com “irresistível vocação para a política”, mas que vivera seus últimos dias “retrahido ao lar doméstico”, em “extrema miséria [e] acabrunhado pela ingratidão de seu filho, por quem fora roubado”.

Em 1873, os alunos do Colégio Pedro II decerto não se assustariam ao se deparar com a referência a *Robinson Crusoe* no livro-texto de um de seus mestres. Desde, pelo menos, 1865, os pontos dos exames de língua inglesa dos alunos quintanistas previam a leitura, ao lado de *The Vicar of Wakefield*, de Oliver Goldsmith, de trechos de *Robinson Crusoe*, escolhidos pelo professor – no caso, Felipe da Motta Azevedo Correia (BRASIL, 1865, p. 7 e 1954, p. 413). Em 1877, especifica-se que se deve utilizar a edição Beljame (COLÉGIO PEDRO II, 1877, p. 75).²⁰ Creio, contudo, que nada talvez houvesse preparado tais alunos para as observações de seu velho professor de Retórica e Poética, agora convertido em professor de História Literária, sobre a prosa ficcional de Daniel Defoe.

²⁰ Ainda há uma cópia da edição de Alexandre Beljame, publicada em Paris pela Librairie Hachette, na biblioteca do Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) do Colégio Pedro II, intitulada *Vie et Aventures de Robinson Crusóé*. A despeito do título e da editora, o texto de Defoe é em inglês. O ano de publicação, no entanto, é posterior ao Programa citado: 1881.

Fernandes Pinheiro (1873, p. 282-283) recomenda *Robinson Crusoe* por conta de seu suposto didatismo, porquanto a obra seria perpassada de proveitosas lições, ministradas por um narrador animado por um “sentimento profundamente moral e religioso”. À primeira vista, o cônego parece incapaz de libertar-se de seu longevo tique horaciano, que prescreve a educação pelo deleite. Tal enumeração dos atributos edificantes de *Robinson Crusoe* parece informada, entretanto, mais pelo dever de ofício que, propriamente, por convicção. Trai-se um até então inaudito interesse pelas supostas inovações de Defoe na retórica da ficção. Manifesta-se quando o cônego cede ao seu atavismo de parafrasear (no caso, plagiar) os *Lectures* de Hugh Blair em suas discussões sobre o romance. Assim como o retor escocês afirmara em 1783, como citamos páginas atrás, que “nenhuma ficção em nenhuma língua foi tão bem sustentada quanto nas *Aventuras de Robinson Crusoe*” (BLAIR, 2005, p. 423),²¹ Fernandes Pinheiro (1873, p. 282) sentencia que é “[i]mpossível [...] encontrar uma ficção melhor sustentada” que *Robinson Crusoe*. Contudo, o argumento do cônego é inesperadamente mais complexo e, quiçá, sutil.

Fernandes Pinheiro (1873, p. 282) mobiliza as categorias inglesas de *novel* e *romance* (romance e estória romanesca), e observa que “nada ha de menos romanesco do que este romance”. Povoado por “personnagens [as] mais verosimeis”, *Robinson Crusoe* entremearia agradáveis, porém escassos, episódios à representação (“pintura”) da “enfadonha uniformidade” do “penoso estado da solidão”. Por meio de uma narrativa que se recomenda por sua “simplicidade” e acuidade (o termo usado é “fidelidade”), *Robinson Crusoe*, segundo Fernandes Pinheiro (1873, p. 282), engendraria, por conseguinte, uma série de expedientes que, em seu conjunto, apagava ou ocultava os índices de ficcionalidade da narrativa: “fazendo acreditar o complexo d’estas circumstancias que o auctor não phantasiára um romance, mas escrevera uma veridica historia”.

Expandindo seu argumento, o cônego vincula esse modo presentacional que sugere o registro da experiência de um indivíduo empírico, um *self*, à paisagem social e cultural da Inglaterra setecentista. De acordo com Fernandes Pinheiro (1873, p. 282-283), *Robinson Crusoe* é “o primeiro élo” de uma cadeia de romances que, “filhos da observação”,

²¹ “[...] no fiction, in any language, was better supported than the *Adventures of Robinson Crusoe*.”

mergulham nos “recessos da alma”. Sua investidura na subjetividade e na interioridade, para o cônego, faziam de *Robinson Crusoe* uma obra “eminentemente inglesa”. Ao cabo de sua longa carreira, o cônego finalmente supera suas reticências em face da modernidade do romance. Antes, vira-a como um problema, como uma mácula que abastarda a novelística. Depois, ao traçar uma origem clássica para o romance, simplesmente passa ao largo da questão. Ao discutir *Robinson Crusoe*, Fernandes Pinheiro eleva a modernidade à condição de categoria chave para a compreensão de procedimentos composicionais e narrativos sem paralelo. Haveria, o cônego postula, uma relação de isomorfismo entre as estratégias ficcionais de Defoe e a suposta primeira nação moderna do mundo: a Inglaterra do século XVIII (cf. VERNON, 2014, p. 1-17; PORTER, 2000). Num nível, *Robinson Crusoe* preconizaria “força de vontade, esse fogo íntimo, essas surdas fermentações d’um animo viril que outr’ora fazião dos filhos d’Albion reis do mar e hoje convertemos em intrépidos emigrantes” (PINHEIRO, 1873, p. 283). Noutro nível, iria ao encontro dos anseios duma sociedade cada vez mais letrada, desencantada e em que o comércio ganhava proeminência a passos largos:

Semelhantes romances erão os que mais convinhão aos homens d’esse tempo, decahidos das alturas da imaginação e arremeçados á vida practica, desejosos de tirar dos livros instrucção solida, documentos exactos, emoções eficazes, uteis admirações, e seguros motivos de suas acções (PINHEIRO, 1873, p. 283).

De maneira sucinta, ao costurar expressões como “verídica história”, “romanesco” “eminentemente inglesa”, “recessos da alma”, “homens de seu tempo”, “vida prática” e “documentos exatos”, o *Resumo de história litteraria* de Fernandes Pinheiro preludia alguns dos lugares-comuns daquele campo discursivo que se convencionou chamar de teoria do romance – ao menos, em sua abordagem histórica (cf. MCKEON, 2000, p. xiii-xviii). De fato, pode-se dizer que um dos capítulos privilegiados da teoria do romance é a discussão de como e por que a novelística se sedimenta primeiramente na Inglaterra do século XVIII. Ou, para recapitularmos outra expressão de Fernandes Pinheiro (via Taine?), a discussão de como e por que a emergência dum “narrador burguez pintando a vida real” seria inextricável da paisagem social e cultural da Inglaterra do século XVIII. Paradigmaticamente, entrelaçam-se as generalizações de críticos materialistas, como as de

Lukács e Bakhtin, à sedimentação de procedimentos formais e narrativos que tentam dar conta do advento sincrônico, na Inglaterra do século XVIII, da revolução comercial, da imprensa periódica, da Reforma protestante, do nacionalismo e das bases do método científico. Assim, ainda que de maneira um tanto tateante, podemos encontrar na análise feita por Fernandes Pinheiro de *Robinson Crusoe*, se não o esboço de um método crítico, mas ao menos o *insight* da correlação entre forma, nação e processo social. No século XX, e, até onde sei, sem nenhuma contribuição direta do cônego, o reconhecimento dessa correlação seria partilhado e amplamente desenvolvido por estudiosos tão diversos quanto influentes, como (em ordem alfabética) Benedict Anderson, Ian Watt, Michael McKeon, Patricia Meyer Spacks e William B. Warner. Talvez o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro seja menos obsoleto do que supõem os historiadores da literatura brasileira.

Referências

ABBOTT, Don Paul. Blair ‘abroad’: the European reception of the *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*. In: GAILLET, Lynée Lewis (ed.). *Scottish rhetoric and its influences*. Mahwah: Hermagoras, 1998. p. 67-77.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. José de Alencar: perfil literário. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Obra crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958. v. 1, p. 128-264.

AUGUSTI, Valéria. Escrever e ler romances na escola. *Floema*, Vitória da Conquista, n. 9, p. 361-381, jan./jun. 2011.

AUGUSTI, Valéria. *Trajetórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

BARBOSA, Sonia Monnerat. Comparação e legitimação no *Curso de literatura nacional* de Fernandes Pinheiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 321-329, jun. 2001.

BARTOLOMEO, Joseph F. *A new species of criticism: eighteenth-century discourse on the novel*. Newark: University of Delaware Press, 1994.

BAYLE, Antoine Laurent. Sobre as allucinações dos sentidos. *O propagador das sicencias medicas, ou annaes de medicina, cirurgia e pharmacia; para o Imperio do Brasil*, tomo 1, ano 1, n. 1, p. 9-57, jan. 1827.

BLAIR, Hugh. *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*. Edição de Linda Ferreira-Buckley e S. Michael Halloran. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2005.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 41. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Anuário do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. v. 15.

BRASIL. Ministério do Império. *Relatório á Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da decima segunda legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720968/6645>. Acesso em: 8 nov. 2020.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1964.

CARR, Stephen L. The Circulation of Blair's Lectures. *Rhetoric Society Quarterly*, [S.l.], v. 32, n. 4, p. 75-104, Fall 2002.

CARVALHO, Francisco Freire. *Lições elementares de poética nacional*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1840.

COLÉGIO PEDRO II. Conselho Diretor. Programma do ensino da instrucção secundaria do Municipio da Corte tanto internato como no externato do Imperial Collegio de Pedro II. *Aviso da Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio de 23 de janeiro de 1858*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858.

COLÉGIO PEDRO II. Conselho Diretor. *Programma do ensino para o anno de 1877*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877.

COLÉGIO PEDRO II. Conselho Diretor. *Programma do ensino para o anno lectivo de 1860*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860.

COUTINHO, Afrânio. *A era romântica*. Rio de Janeiro: Editorial Sul-Americana, 1969. (A literatura no Brasil, 2).

CRAWFORD, Robert. *Devolving English literature*. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.

DALCASTAGNÉ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2012.

GRIFFITH, Elizabeth. Preface to the *Delicate Distress*. In: NIXON, Cheryl (ed.). *Novel definitions: an anthology of commentary on the novel, 1688-1815*. Peterborough: Broadview, 2009. p. 74-75.

IRVINE, Robert. English Literary Studies: Origin and Nature. In: CAVANAGH, Dermot *et al.* (ed.). *The Edinburgh Introduction to Studying Literature in English*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010. p. 16-24.

JOHNSON, Samuel. The Rambler, no. 4 (March 31, 1750). In: NIXON, Cheryl (ed.). *Novel definitions: an anthology of commentary on the novel, 1688-1815*. Peterborough: Broadview, 2009. p. 148-152.

MARTINS, Eduardo Vieira. *A fonte subterrânea: José de Alencar e a retórica oitocentista*. Londrina: Eduel; São Paulo: Edusp, 2005.

MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. v. 1.

MCKEON, Michael. *Theory of the Novel: A Historical Approach*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000.

MELO, Carlos Augusto de. *Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876): um crítico literário pioneiro do romantismo no Brasil*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. São Paulo: É Realizações, 2016.

NASCIMENTO, Luís F. S. A figura de Voltaire: Hugh Blair e a arte de escrever História. *DoisPontos*, [S.l.] v. 8, n. 1, p. 63-86, abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5380/dp.v8i1.28122>.

NIAS, Hilary S. Hippolyte Taine (1828-1893). In: HABIB, M. A. R. (ed.). *The nineteenth century. c. 1830-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. (The Cambridge History of Literary Criticism, v. 6).

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *Historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*. Campinas: Pontes, 2015.

PAIXÃO, Alexandro Henrique; PAULILO, André Luiz. Das arcadas aos secos e molhados: a circulação do romance no Colégio Pedro II e no Gabinete Português de Leitura entre 1850 e 1880. *Leitura: teoria & prática*, Campinas, v. 35, n. 71, p. 137-161, 2017. DOI: <https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n71p137-161>.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Bibliographia Vicentina: romance do Snr. Dr. J. M. de Macedo. *O Guanabara*, [S.l.], n. 1, v. 3, p. 17-21, 1855.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Curso elementar de litteratura nacional*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Postillas de rhetorica e poetica*. Dictadas aos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. 3. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Resumo de historia litteraria*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1873. 2 tomos.

PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes. Apresentação. In: PINHEIRO, Joaquim Fernandes. *Curso de literatura nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1978. p. XI-XXXIX.

PINHEIRO, Mário Portugal Fernandes. *Cônego Fernandes Pinheiro (vida e obra)*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

PORTER, Roy. *The creation of the modern world: the untold story of the British enlightenment*. Nova York: Norton, 2000.

ROMERO, Sylvio. *Historia da litteratura brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902. t. 1.

ROMERO, Sylvio. *Historia da litteratura brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903. t. 2.

SALES, Germana Maria Araújo. “Ainda romance”: trajetória e consolidação do gênero no Brasil”. *Floema*, Vitória da Conquista, n. 9, jan./jun., p. 73-90, 2011.

SCHMITZ, Robert Morell. *Hugh Blair*. Nova York: Columbia University Press, 1948.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.

SOUZA, Ana A. Arguelho de Souza. Ensino de língua e literatura no Brasil do século XIX: o “Curso elementar de literatura nacional” e as “Postillas de Rhetorica e Poetica” utilizados no Imperial Colégio de Pedro II. *Cadernos de história da educação*, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 15-28, jan./jun. 2013.

SOUZA, Roberto Acízelo. Introdução. In: PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Historiografia da literatura brasileira: textos inaugurais*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007. p. 9-15.

SOUZA, Roberto Acízelo. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: EdUFF, 1999.

STAFFORD, Fiona. Hugh Blair’s Ossian, Romanticism and the Teaching of Literature. In: CRAWFORD, Robert (ed.). *The Scottish invention of English literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 68-88.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da literatura brasileira*. 2. ed. Tradução de Pérola de Carvalho e Alice Kyoko. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

TAINÉ, H. *Histoire de la littérature anglaise*. Paris: Librairie de L. Hachette, 1863-1864. 4 v.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *A formação do romance inglês*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 1969.

VERNON, James. *Distant Strangers: How Britain Became Modern*. Berkeley: University of California Press, 2014.

Recebido em: 14 de novembro de 2020.

Aprovado em: 10 de maio de 2021.